

Capítulo II

Cauby Dantas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DANTAS,C. Capítulo II. In: *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015. Substractum collection, pp. 53-92. ISBN 978-85-7879-329-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO II

A verdadeira percepção da tradição é algo a que só tem acesso aquele que já leu a respeito dela, ainda que o que esteja em questão seja sua terra natal, à qual ele já está profundamente ligado através da memória e de experiências de outro tipo: uma família e uma infância; uma intensa associação de pessoas e lugares, que formam sua história pessoal (WILLIAMS, 1989, p. 280-281).

“Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade”

A frase que abre este capítulo é tomada por empréstimo a José Lins do Rego e está inserta no belo texto que escreveu em 1940 e que veio a público, em janeiro de 1941, como prefácio de *Região e tradição*. É uma referência ao que acredita ser o caráter orgânico, “profundamente humano” (FREYRE, 1968, p.33) do regionalismo de Gilberto Freyre. Sugere, ainda, ser este ideário o resultado de uma dialética entre o local e o universal que teria sido vivenciada por Gilberto Freyre, principalmente ao deixar o Brasil, em 1918, para estudar nos Estados Unidos.

José Lins do Rego tem razão. Pelo menos é o que sugere a leitura de outro prefácio, de Gilberto Freyre, escrito em 1968, para a segunda edição do referido livro. Trata-se, em verdade, de um comovente exercício de memória em que são repassados fatos e personagens e temas dos tempos pioneiros da militância regionalista de ambos, nos anos 1920, em Pernambuco. Gilberto recorda o amigo, morto em 1957. E o faz motivado pela releitura do antigo texto que este lhe dedicara em 1940, acima referendado. O famoso tom nostálgico que perpassa a obra *freyriana* aqui toma forma e conteúdo, numa tentativa de atenuar, pela

revelação, o vazio e a dor provocados pela ausência do mais querido dos amigos:

Acaba o autor de reler, com alguma curiosidade, os seus velhos ensaios, reunidos em 1941 neste livro; e, com muita avidez, o ensaio admirável do mais fraterno dos seus amigos de todos os tempos: aquele que, ao morrer, deixou-lhe na vida um vazio que permanece tão profundo que é como se o autor, ele próprio, tivesse sucumbido um tanto com o amigo. Sempre pensou que envelheceriam juntos: o amigo mais dionisíaco; mais exuberante; mais capaz de dar umas tantas cores festivas ao cinzento do envelhecer dos dois (FREYRE, 1968, p.37).

Estes dois prefácios são importantes como testemunhos do início do diálogo entre o sociólogo e o futuro romancista. Por suas linhas somos informados, por exemplo, que muitos dos artigos juvenis de Gilberto Freyre tiveram José Lins do Rego como primeiro leitor; que o jovem paraibano, então um relapso estudante de Direito, em Recife, foi o primeiro a tomar contato com a teoria regionalista: “José Lins do Rego foi o primeiro a inteirar-se; o primeiro a comentá-la; o primeiro a notar possíveis implicações ou projeções literárias e artísticas – os aspectos que mais o seduziam – do seu conteúdo” (FREYRE, 1968, p.42).

Com efeito, os textos iniciais do regionalismo de Gilberto Freyre são tidos, hoje, como a parte mais vulnerável da sua produção intelectual, ofuscados que foram pela repercussão alcançada por sua obra posterior, principalmente os ensaios dos anos 1930. Quem ainda os lê? Entretanto, José Lins do Rego, mais uma vez de forma acertada e com a autoridade de quem lhes presenciou o nascimento, neles identifica, e percebe, de maneira muito convicta, o autor da maturidade: “Todo o seu corpo de idéias de *Casa-Grande* já se esboçava ali. A terra e a gente não como temas, mas como personagens do drama” (FREYRE, 1968, p.33).

Mas nem só por leituras é marcado o início do diálogo. A amizade será consolidada, também, nos passeios que fazem juntos, nas visitas a museus, a rios, a escombros de casas-grandes que lhes sugerem um vasto campo de observação que se revelará bastante profícuo na elaboração futura de ensaios e romances. Numa dessas viagens, à Paraíba, em 1924, José Lins do Rego apresenta ao amigo os engenhos do seu avô, José Lins Cavalcanti de Albuquerque, proprietário de muitas terras:

[...] e o nosso passeio pelos engenhos de meus parentes. Eu mostrando a minha gente e a minha terra, os partidos de cana, os bangüês, os tios, as tias, e tudo aquilo lhe parecendo melhor do que eu pensava que fosse. Levei-o com medo de que não se desapontasse e, pelo contrário, gostou muito de tudo (FREYRE, 1968, p.26).

Os dois aparecem aí colocados diante de uma matriz temática que será recorrente em seus textos. Apresentando Gilberto Freyre à sua família e ao mundo vivo e pulsante, ainda que decadente, da sociabilidade dos “seus” engenhos particulares, o futuro autor de *Menino de engenho* ainda não sabia – nem tinha como – mas iniciava ali, com aquela visita, uma participação que seria, a partir de então, efetiva e perene nas pesquisas que o futuro autor de *Sobrados e mucambos* ainda realizaria. O leitor privilegiado, amigo e discípulo, torna-se, de certa forma, parceiro.

Gilberto Freyre faz o mesmo, lendo, em primeira mão, a produção textual do escritor que, sob seu estímulo, começava a desabrochar:

Gilberto Freyre pediu-me para ler os meus retalhos de jornal. Leu as crônicas, os contos, e criticou-os, falando-me de alguns com interesse. Havia nos meus modos de dizer qualquer coisa que o interessava. E a minha aprendizagem com o mestre da minha idade se iniciava sem que eu sentisse as lições (FREYRE, 1968, p.22).

O depoimento de José Lins do Rego é belo, generoso. É impossível exagerar a sua importância para a compreensão da relação intelectual entre ambos. O autor paraibano é explícito em seu reconhecimento, chegando a proclamar: “Posso dizer sem medo que a ele devo os meus romances” (FREYRE, 1968, p.32). Entretanto, parece-me um tanto marcado pelo excesso de reverência e timidez com que se coloca ante o “mestre de Apipucos” que, aliás, daí por diante, passaria a exibir esse depoimento como prova definitiva de sua ascendência sobre José Lins. Nem precisava. Deixemos isso por conta da sua conhecida vaidade.⁷ Vejamos o outro lado, mais substancial e revelador: Gilberto Freyre sentia, com toda razão, orgulho por esse reconhecimento, vindo da parte de um escritor àquela altura, 1940/1941, já consagrado pela crítica e pelo público e que há muito aprendera a caminhar com o próprio talento e que, pouco tempo depois, em 1943, enriqueceria as letras nacionais ao publicar sua obra-prima, o romance *Fogo morto*.

Em todo caso, o texto é valioso, trazendo informações sobre a agitação de ideias característica do ambiente intelectual dos anos 1920 em Pernambuco, sobre a disputa com os representantes locais do modernismo, principalmente com o jornalista Joaquim Inojosa e, ainda, sobre a importância de jornais e revistas como meios de divulgação. Mais importante que tudo isso são, a meu ver, as indicações acerca da descoberta (e construção) do sentido regional dos autores. Podemos perceber, por exemplo, que, em Gilberto Freyre, o “ser de sua casa” foi despertado pelo contato com outras culturas, a partir de suas experiências como estudante em terras americanas e inglesas. Na *Introdução de Região e tradição*, escrita de maneira impessoal – e mais uma vez comentando o prefácio de José Lins do Rego – afirma que:

7 A vaidade de Gilberto Freyre é lendária, constituindo-se um dos principais traços de sua persona intelectual. A esse respeito, escreveu o historiador Francisco Iglesias: “Se é muito admirado e reverenciado, o certo é ser ele seu mais ardoroso admirador – coisa, aliás, não rara entre artistas e intelectuais, velhos e jovens, só que nele com mais desenvoltura. Por tudo, pela obra e pela personalidade interessante, o ‘mestre de Apipucos’ é figura única na cena brasileira” (IGLESIAS, 2000, p. 193).

O longo período de estudos no estrangeiro fê-lo ver sua região e a tradição brasileira não só com a simpatia endogâmica de nativo que regressa, mas com olhos de exógeno: enxergando no familiar certo encanto do exótico e, ao mesmo tempo, vendo-o na sua pureza de linhas e na exatidão de suas proporções (FREYRE, 1968, p. 63).

Essa ideia já aparece em seus escritos da década 1920, textos, inclusive, anteriores ao Congresso Regionalista de fevereiro de 1926. Em artigo publicado na *Revista do Norte*, Recife, em outubro de 1924, onde tece comentários acerca “do bom e do mau regionalismo” – título do artigo – lemos:

Não há mal algum, antes grande bem ou vantagem, em viver qualquer indivíduo ou grupo em contato com os cartões postais, os figurinos, as fitas de cinema, as revistas, os livros e os jornais estrangeiros. Este contato é fecundante, excitante, estimulante. O perigo está na tirania mística do exótico, em prejuízo ou com sacrifício, às vezes, de tão boas tradições locais, de tão boa prata da casa (FREYRE, 2001, p. 22).

Portanto, a abertura para o outro, para “a humanidade”, no sentido da frase de José Lins do Rego, teria sido fecundada por estímulos intelectuais adventícios. Além da óbvia referência ao culturalismo de Franz Boas, temos a presença de Herbert Spencer, que desperta em Gilberto Freyre o interesse pelo estudo do cotidiano e pela ecologia, e a leitura de autores franceses e ingleses e russos. Nesse mesmo artigo já aparece a justificativa para o regionalismo como necessário para a defesa e preservação das tradições e dos valores regionais.

Em seu trabalho de 1922, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, este neto de senhor de engenho se coloca como tarefa a reconstituição do passado mais íntimo de “sua gente.” Esta atitude empática em relação aos objetos que aborda será uma marca distintiva de toda

sua obra, o que nos ajuda a entender seu gosto por fontes como, por exemplo, velhos álbuns de família, já fartamente utilizados nesse texto inicial. A perspectiva aqui é dada pela sensação de crise da sociabilidade dos engenhos criada pelos portugueses e que conta com a simpatia explícita do autor. Por isso, deseja compreender o período áureo desse mundo. Gilberto Freyre quer apenas “encontrar-se a si mesmo nos seus avós, nos seus antepassados, nos brasileiros de uma época anterior à sua e à dos seus pais” (FREYRE, 1964, p.63). Ao fazê-lo, encontra as raízes de “sua” região, matrizes essas apresentadas como as mais “legítimas” da nacionalidade. Portanto, já podemos surpreender no texto “do jovem Freyre” aquele sentimento de perda e o tom nostálgico em relação à colonização portuguesa do Brasil que serão exaustivamente assinalados por seus críticos ao longo de sua carreira de escritor. Esta motivação, clivada pela história de vida do autor, é lucidamente resumida pela historiadora Rosa Godoy Silveira, ao analisar as contradições do regionalismo de Gilberto Freyre:

A preocupação que o orienta, é este mundo em mudança, este mundo de suas raízes familiares, de sua infância, de suas relações sociais. Motivações pessoais e grupais permeiam o seu labor intelectual, combinando sentimentos, reminiscências, busca de uma certa racionalidade que explique a crise regional (DANTAS ; BRITTO, 2002, p. 96).

Motivação idêntica, quanto ao desencadear da produção literária, pode ser observada em relação a José Lins do Rego. Em 1936, ao fazer um balanço de seus primeiros romances, o autor paraibano, nascido no engenho Corredor, nos diz que começara a carreira de escritor “querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar” (REGO, 1993, p. xiii).



FOTO 4 - José Lins do Rego, Olívio Montenegro (de pé) e Gilberto Freyre

FONTE: Acervo da Fundação Gilberto Freyre – Recife –PE

Além das motivações político-ideológicas, comentadas, seria interessante, aqui, indagarmos acerca do significado sociológico desse exercício mnemônico. Colocando-se o problema em termos precisos: o que impulsiona alguém a fixar, em textos, pedaços de suas experiências existenciais, transformando-as, assim e ao mesmo tempo, em aventura cognitiva e substância para uma trajetória intelectual e artística prolixa? Esta pergunta nos remete àquele conflito, eternamente renovado, nunca totalmente dissecado, entre o indivíduo e o grupo. Com efeito, a atmosfera de crise, de decadência e o desmoronar de uma ordem de raízes temporais profundas, como era a do mundo dos engenhos, vão afetar a visão de mundo daqueles grupos que, nesta ordem que se dissipa, eram os dominantes.

Mas dizer isso é dizer uma platidade, enunciar um truísmo, nada mais. Descobrir, no entanto, em que medida essa configuração social interveio na produção intelectual de Gilberto Freyre e José Lins do Rego é que já não parece tão fácil de mensurar. Netos de senhores de

engenho, intelectuais, sensíveis, terão tido a clara consciência da crise que os afetava. Terá sido também por isso que ambos pensaram, no início de suas carreiras, em escrever sobre a infância nos engenhos?

É importante registrar aqui o fato de que, na grande reflexão sociológica e histórica que será feita na década 1930, bem como nos romances aí produzidos, podemos sentir a percepção da permanência dos padrões herdados das matrizes rurais da colônia, vistas como a matriz da nacionalidade: “Vê-se, assim, que, na formulação de alguns dos principais autores dos anos 30, o legado das formas de organização social do mundo rural pesa sobre o presente de uma forma bem mais substancial do que uma simples tradição a ser superada” (GARCIA, 2002, p.49).

A destacar em *Vida social no Brasil nos meados do século XIX* dois aspectos temáticos fulcrais da visão regionalista. Somos aí colocados diante de uma boa caracterização da vida cotidiana do engenho e da casa-grande coloniais. Trata-se, efetivamente, de uma sociabilidade que será dissecada por Gilberto Freyre em cada um dos livros que escreveria a partir de então. É nesta sociabilidade que identificará as matrizes regionais, a quem irá atribuir, em seus entusiasmos e arroubos etnocêntricos, uma amplitude espacial que transborda, em muito, os limites do canavial. É dentro do seu cotidiano, sociologicamente irradiador, que situa a comida, a terra, o negro, o sexo, a religião, a miscigenação, a mulher, etc.

Logo no início deste trabalho de estreia podemos surpreender um raro, digamos, desvio hermenêutico, que quase não se repetirá nos textos seguintes. É quando Gilberto Freyre vai, meio de soslaio, voltar os olhos para aquilo que entende ser a “estrutura econômica” da sociedade brasileira do século XIX e, dentro dela, uma divisão de classes: “Analisando a estrutura econômica da sociedade brasileira nos meados do século passado, encontramos, de um lado, uma classe de proprietários de terra e de escravocratas; de outro, a massa de escravos” (FREYRE, 1964, p.80).

A citação serve como registro, feito até com certa curiosidade, deste raro momento em que Gilberto Freyre lança mão de uma terminologia de nítido sabor marxista que, obviamente, não aplica à sua análise. Atribuíamos isto a um descuido de autor noviço. Muito mais relevante é a boa, repitamos, caracterização que faz dos engenhos e fazendas, verdadeira base sociológica do seu regionalismo:

O grande engenho patriarcal ou a grande fazenda brasileira era uma comunidade que se mantinha por conta própria – econômica e socialmente – poucas vezes abrindo para o mundo exterior suas enormes cancelas, por necessidade de caráter econômico. Possuía canaviais ou cafezais e plantações de mandioca, feijão preto e outros produtos, utilizados no consumo interno. A população incluía, além do proprietário e da sua família, feitores ou superintendentes, vaqueiros ou pastores, algumas vezes um capelão e um preceptor, carpinteiros, ferreiros, pedreiros e uma multidão de escravos (FREYRE, 1964, p.96).

À autonomia da produção dos engenhos e fazendas acrescenta-se o “estilo feudal” de vida dos grandes proprietários. Aqui, se nos apresenta um ícone, o que nos remete ao segundo aspecto anteriormente mencionado. Com efeito, já neste momento inicial, o senhor de engenho aparece como protagonista do espetáculo da colonização, determinando-lhe o enredo, ocupando-lhe os espaços; civilizando; mandando: “nos meados do século XIX, eram os chamados senhores de engenho os mais poderosos desses senhores de terras e de escravos” (FREYRE, 1964, p.81).

Em outro trecho, o autor apresenta contornos mais precisos dessa estrutura de dominação e de como, em seu interior, o poder era exercitado:

Os proprietários desses canaviais viviam numa espécie de estilo feudal, formando uma classe homogênea, com os mesmos interesses econômicos; a mesma vida social; a mesma atitude política. Governavam suas propriedades agrícolas e as pequenas cidades em volta dessas propriedades, ou situadas dentro delas, como se fossem feudos. [...] Com eles, os estilos e os costumes aristocráticos tinham a vivência de várias gerações. Descendiam muitos deles de portugueses

de boa estirpe – as famílias que haviam acompanhado Duarte Coelho e sua mulher, Dona Brites de Albuquerque, quando aquele fidalgo veio de Portugal para o Brasil como donatário da logo denominada Nova Lusitânia; e essa vaga coisa que chamamos cultura, no seu sentido mais restrito, foram esses colonos os primeiros a fazer chegar à América Portuguesa (FREYRE, 1964, p.85-86).

Ficavam assim delineados, inscritos, dois dos mais importantes elementos constitutivos da ideologia regionalista de Gilberto Freyre.

Eram os começos de sua batalha pela preservação dos valores de “sua” província. Em 1936, discursando em um jantar em sua homenagem, oferecido por amigos recifenses, louvará a “intensa personalidade regional” e a “larga sensibilidade humana” – leia-se: apego ao passado – de sua gente. Em parte sente-se, com razão, responsável pelo reforço desse sentido de regionalidade.

Nesse discurso para amigos que o homenageavam, Gilberto, referindo-se a Pernambuco como sendo sua terra, sua província, faz uma telúrica declaração de amor que é, em si, uma espécie de roteiro temático do seu regionalismo:

Eu amo a minha [*província*] menos por causa de seus cajueiros, de seus coqueiros, de suas mangueiras, de suas jaqueiras, das águas dos seus rios, das suas noites de lua, de seus meios-dias de sol, do que por causa de sua gente e do seu passado e de tudo que a sua gente fez aqui e continua a fazer de expressivo de uma intensa personalidade regional e ao mesmo tempo de uma larga sensibilidade humana: os sobrados, as igrejas, as ruas estreitas calçadas a pedra de Lisboa, as jangadas, os mucambos, os engenhos, a guerra contra os holandeses, a revolução de 17, os hospitais, as escolas, as irmandades, as confrarias, os doces, os bolos, os livros, os quadros, a campanha da

Abolição, as músicas, os dobrados, as marchas de carnaval, os xangôs, as poesias, os mal-assombrados, os maracatus, as pontes, os jardins (FREYRE, 1968, p.261).

Mas voltemos aos anos 1920, mais precisamente, 1924, por ser este o ano da redação do ensaio *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil*, que seria publicado em 1925, como um dos ensaios constitutivos do aqui já referendado *Livro do Nordeste*, em comemoração ao centenário do *Diário de Pernambuco*. Trata-se de texto fundamental na construção de Gilberto Freyre. Por duas razões principais: a primeira é que, não sendo um “Manifesto”, pois este efetivamente só aparecerá em 1952, este ensaio expõe o roteiro temático do seu regionalismo; a outra razão é que, sendo o momento de sua escrita marcado pela militância cultural do seu autor, organizando e institucionalizando o movimento regionalista, talvez nos permita, através de leitura atenta, surpreender, no gesto da escrita, as intenções de quem escreve.

Passemos, então, à leitura.

Começando pelo título, o século de transição a que se refere é o de 1825-1925. As mudanças pelas quais passou a região no período foram profundas. Já na abertura do ensaio, o autor constata: “Comparando o Nordeste de 1825 com o de 1925 tem-se quase a impressão de dois países diversos” (FREYRE, 1968, p.125). Insinua-se, já nesta primeira frase, a busca a ser empreendida, que é a de um tempo quase perdido. Mas a quem inculpar a perda? Aqui, aparece uma expressão da mudança. O autor chama atenção para o predomínio recém-alcançado pela usina na paisagem rural nordestina, que sinaliza, claramente, o despedaçar da herança portuguesa outrora ali fincada.

Já não se sucedem, entre os canaviais, os casarões vastos de outrora, as casas-grandes de uma alvura lyricamente portuguesa de cal e às vezes cor de ocre amarelo ou pintadas de azul, tendo perto o longo telheiro avermelhado do engenho, a casa de purgar, a de farinha e a capela também muito branca de cal, uma ou outra pintada de

azul. Elevam-se usinas, as maiores arrivistas da paisagem, que dominam com o escândalo enorme de suas chaminés. Usinas, ostentando letreiros de firmas comerciais das cidades; algumas com um ar de quartéis em terras conquistadas (FREYRE, 1968, p.126).

As mudanças do século atingem, portanto, o campo e a cidade nordestinos, modificando-lhes a paisagem social. O impulso é dado por novas técnicas de produção e de transporte, um contato maior com o estrangeiro, secas periódicas e perturbações externas e por guerras que afetam os mercados consumidores dos produtos regionais, principalmente algodão e açúcar.

No amplo painel aqui interpelado ganham relevo as grandes secas de 1825, 1845 e, principalmente, 1877. São vistas como desarranjos, “crise de clima”, que cravam no solo da região as marcas da fome, da prostituição e da degradação moral, expressos no “promíscuo das retiradas”. A seca aparece como elemento perturbador dos pilares daquela sociabilidade: “A vida de família exige ritmo; exige fixidez; exige condições de permanência e, sendo patriarcal, de hierarquia. E as secas trazem a promiscuidade e forçam a dispersão. Desmoralizam a hierarquia” (FREYRE, 1968, p.128).⁸

Família patriarcal, promiscuidade, seca: o culturalismo de Gilberto Freyre já começa, com efeito, sob o signo da ambiguidade. Mas, pelo

8 Esses efeitos degradantes da grande seca de 1877 aparecem em importante romance sobre o conflito de Canudos (1896/1897), escrito em 1981: “Que ao longo de 1877 deixasse de chover, os rios secassem e aparecessem nas caatingas incontáveis caravanas de retirantes que, levando em carretas ou nos ombros seus miseráveis pertences, vagueavam em busca de água e de sustento, não foi talvez o mais terrível desse ano terrível, mas provavelmente foram os assaltantes e as cobras que irromperam nos sertões do Nordeste. Sempre houve gente que entrava nas fazendas para roubar gado, que trocava tiros com os capangas dos latifundiários e saqueava aldeias afastadas, uma gente que as volantes da polícia periodicamente vinham perseguir. Com a fome, porém, as quadrilhas de assaltantes se multiplicaram como os pães e os peixes bíblicos. Caíam, vorazes e homicidas, sobre aldeias e vilas já dizimadas pela catástrofe da seca para se apoderarem do que restava para comer, de utensílios e vestimentas e para matar a tiros os moradores que se atreviam a enfrentá-los ” (LLOSA, 1999, p. 29-30).

menos neste texto, por pouco tempo. Algumas páginas são percorridas e logo o critério e o foco mudam. O olhar migra do seco sertão onde, fugaz, estivera, e volta-se para o espaço que realmente deseja, conhece, domina. O texto ganha plasticidade; a análise ganha em densidade. O culturalismo, implícito em *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, torna-se explícito. Os valores que remetem ao cotidiano dos canaviais e cuja preservação impulsiona e justifica o ensaio, são apresentados em suas cores vivas, em seus tons, móveis, ao longo do século. Poder-se-ia dizer que Gilberto Freyre faz – aqui pela segunda vez – um exercício de memória e de história social em torno da região e da tradição. O leitor é, assim, apresentado à tradição da mesa farta das casas-grandes, com suas peixadas, seu arroz doce, com o luxo da porcelana vinda da China; fica sabendo das moças de finas famílias, e de suas mãos maviosas, tocando o seu piano, dando sons às tardes ensolaradas e longas; do desalinho dos trajés caseiros das senhoras do engenho, manhosamente “deixando-se deliciar pelos cafunés, em que eram ligeiros e peritos os dedos das mucamas” (FREYRE, 1968, p.146); das festas e procissões e casamentos; da precocidade sexual dos meninos: “no menino de engenho o instinto sexual assim excitado, desembestava-se sem demora. O menino perdia-se ainda criança” (FREYRE, 1968, p.174); das visitas; dos amores proibidos; etc.

Movem-se as relações entre os senhores e os seus trabalhadores. Nestes cem anos, o crescente assalariamento e a implantação de relações capitalistas – principalmente nas usinas – vêm substituir a mediação paternalista do favor e da “proteção”, outrora oferecidos pela casa-grande. Como resultado dessas mudanças nas relações de trabalho temos a quebra da antiga coesão patriarcal, o que é lamentado por Gilberto.

A antiga divisão do trabalho dos engenhos é apresentada. E vêm os escravos domésticos misturados aos escravos do eito (de enxada): eis a maioria daquela população trabalhadora. Vários são os artífices: seleiros, pedreiros, marceneiros, carapinas, caldeireiros, tecelões, sapateiros, doceiros.

Nos engenhos grandes se fabricavam, além de peças de tornearia e de talha, estribos, candeias, sapatos, tijolos, telhas, arcos de tanoagem, pipas

para aguardente, bacias, tachos, cochos, caldeirões, cocos para beber água; faziam-se velas de sebo, raspava-se, espremia-se e torrava-se a mandioca; moia-se a farinha; pilava-se o café e pilava-se o milho para o cuscuz, para o angu, para a canjica. Isto sem falar na fiação, no charque e na manteiga, nos vinhos de caju e jenipapo – trabalhos todos caseiros, como também o de rendas, o de bilros e o de preparar pavio para as candeias (FREYRE, 1968, p. 132).

Eis a indústria patriarcal dos engenhos, que lhes dá a autonomia alhures mencionada. Importante, também, são as insígnias de poder que o nosso autor identifica: terra, casa, móveis, número de escravos. A terra é a unidade de riqueza e poder. A luta por sua posse e propriedade desencadeia conflitos, brigas de famílias, tocaias e assassinatos.

Aqui, um parêntese: o tema da luta pela posse da terra será exaustivamente explorado pelos romancistas nordestinos da década de 1930. Lembro-me aqui do olhar marxista do Jorge Amado de romances como *Terras do sem-fim*, de 1943, *Seara vermelha*, de 1946 ou, *Tocaia grande*, de 1984, sendo esta última obra bem menos marcada pelo dogmatismo ideológico. Escritos em momentos distintos, estes romances trazem roteiros idênticos, recheados de coronéis brutais, exploradores, assassinos e lúbricos, digladiando-se em lutas de morte pelo poder e pela terra. Completando o quadro, uma plêiade de miseráveis, composta por jagunços e matadores de aluguel, cangaceiros, beatos, camponeses esfomeados, prostitutas, filhinhos de papai, advogados e políticos inescrupulosos. Em *Seara vermelha*, aparece a figura do militante comunista que virá salvar o mundo de todos os seus males através da ação redentora do Partido. Neste Jorge Amado não há meio-termo. Seu roteiro, impresso de acordo com os matizes do chamado “realismo socialista”, é maniqueísta, quase caricatural. Para o leitor interessado nos vínculos sociais dos romances, os exemplos acima trazem, no entanto, uma boa dimensão do ritmo da mudança social (prejudicada, é certo, pelo proselitismo ideológico), principalmente quando o escritor baiano narra, em *Tocaia grande*, a lenta passagem

do rural ao urbano nos quadros de um mundo ainda marcadamente assinalado pelo poder do latifúndio e dos seus coronéis.

Mas voltemos ao regionalismo *freyriano*. Sobre a terra, espraia-se a sombra do dono. A idealização do patriarca, do civilizador, prossegue: “O ambiente era bom ou mau conforme os senhores” (FREYRE, 1968, p.144). Há, nesta afirmativa, o reforço de uma colaboração direta do amigo José Lins do Rego, que se revela interessante para a nossa leitura, não apenas por representar uma futura matriz temática dos seus romances, mas, também, por explicitar a nascente troca de cartas entre os amigos:

Do velho José Lins, dono na Paraíba de muitas terras, e figura boa de senhor de engenho, escrevia-me recentemente o seu neto, o meu amigo José Lins do Rego: “O meu avô José Lins governou vários engenhos e ninguém jamais viu na sua cinta uma arma qualquer” (FREYRE, 1968, p.183).

A residência é a mais reluzente das insígnias do poder patriarcal. Imponentes, seus móveis de jacarandá, sua larga varanda, suas paredes militarizadas, espalham sombras e recolhem obediência; escravos, agregados, eleitores e homens livres, porém pobres, lhe são submissos, pedem a bênção aos seus senhores.

O que os velhos casarões de engenho da região – o de Itapuá, por exemplo, na Paraíba – fazem sentir, logo ao primeiro contato, é a idéia de domínio. Eram bem os casarões de homens que sabiam ser donos de suas terras; mandar; multiplicar-se em filhos e escravos; receber à grande (FREYRE, 1968, p.178).

Poder-se-ia dizer, sem exagero, que os comentários e a citação imediatamente anteriores, evidenciam uma apurada percepção que flagra no cotidiano do espaço doméstico, qual seja, na casa patriarcal, as funções e irradiações que esta exerce sobre a vida pública, seja

enquanto instância de domínio ou, enquanto instância econômica (comprando escravos, por exemplo), ou, ainda, em seus desdobramentos culturais enquanto banco, cemitério, escola, hotel, etc. A centralidade ou ubiquidade da casa-grande é outra ideia central do regionalismo *freyriano*.

Mas não apenas dele: a história política do Brasil é clivada por essa presença. Verifica-se secularmente uma nefasta simbiose entre o público e o privado que, trazendo o século XIX ao século XXI, tem a sua face mais visível em práticas fisiológicas, no famoso “balcão de negócios” entre parlamentares e sucessivos governos, nas famílias que se perpetuam no poder, nas concessões de vários tipos, onde ganham relevo interesses particulares e, não raro, inconfessáveis, no compadrio, corrupção e, claro, no nepotismo, nepotismo, aliás, contemporizado por Gilberto Freyre – “Ora, o nepotismo só é inteiramente repugnante quando o exercem elementos de improviso ou acaso” (FREYRE, 1968, p.181). Todas estas práticas são atuais, sendo recorrentes nas páginas dos jornais e nos telejornais diários. São ecos de um passado que teima em ser presente, ainda que à custa do real comprometimento de uma efetiva e salutar construção de uma esfera pública que viesse a ampliar a participação política qualificada entre nós.⁹

A defesa da escravidão é absoluta em *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil*. Há o reconhecimento em torno do caráter estruturante das relações escravistas nos quadros da sociedade colonial; atenua-se, no entanto, a sua precariedade, digamos, ontológica, calcada que está na extrema desigualdade e na mais sórdida exploração. Nos textos posteriores, a visão de Gilberto Freyre será matizada, ganhando em densidade e em visão crítica. Denunciará a violência e a

9 Como exemplo dessa triste permanência, podemos citar texto de conhecido sociólogo brasileiro, publicado em grande órgão da imprensa, acerca das denúncias de corrupção envolvendo altos funcionários e parlamentares da base aliada do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Falando das raízes históricas de fenômenos como corrupção e nepotismo, o autor do artigo conclui lúcido: “Estamos muito longe da sociedade moderna, contratual, republicana e igualitária. Esta é uma sociedade que teve escravidão, em que a dominação decorria do poder pessoal, as instituições eram e de certo modo continuam a ser desdobramentos desse poder” (MARTINS, 2005, p. 3).

degradação física e moral inerentes à escravidão – veja-se, por exemplo, o prefácio à 1ª edição de *Casa-grande & senzala*. Os textos futuros apresentarão, ainda, categorias como “equilíbrio de antagonismos” e “zonas de confraternização”, numa tentativa de situar, contemporizando-as, as complexas relações entre senhores e escravos. É por esse meio que aparecerão, em sua obra, as confissões, a bagaceira e as brincadeiras dos meninos de engenho, a alfabetização dos senhores pelos escravos, as relações sexuais, os testamentos, o afeto e, também, a violência de senhores que mandavam matar escravos para, com o seu sangue, fortalecer os alicerces da casa-grande e que, ainda, mandavam matar os próprios filhos para purgar dores de amores traídos. Aqui e ao longo de sua obra, o escravo em relevo é o doméstico, surpreendido em seu cotidiano no interior da residência senhorial. Apenas em *Nordeste*, como veremos a seguir, dará maior ênfase ao escravo do eito.

A abolição, chamada de “violência de 88”, assinala, nas páginas de *Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil*, o início da decadência da região:

Foi o Nordeste a parte do Brasil onde se fez sentir mais profundamente o golpe da abolição contra a economia patriarcal-escravocrata e a ordem social, a cultura, a moral, a estética, que sobre ela se baseavam: houve senhores de engenho que se arruinaram de todo. Outros que desapareceram quase por completo ou degradaram-se (FREYRE, 1968, p.197).

No final, aparecem as intenções. Como se ainda fosse preciso, autor e texto, em verdade uma só entidade, explicitam o sabor etnocêntrico da proposta regionalista que vai sendo inscrita. As intenções são conservadoras. São políticas e são ideológicas, portanto.

A centralidade conferida à região, bem como a preservação de sua cultura, implicam, como corolário, a preservação do mando secular das elites gestadas nas entranhas do mundo aqui criado pelos portugueses. As mudanças ao longo do século de transição não podem e nem devem impossibilitar o retorno às matrizes da nacionalidade:

Mesmo com as alterações sofridas na sua ordem social e que o separam tanto do seu passado, o Nordeste continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América tropical. [...] Não lhe faltam elementos para voltar a ser uma região ativamente criadora dentro da economia brasileira e da cultura nacional e americana (FREYRE, 1968, p.198).

O texto termina com um lamento. É o canto triste de alguém que, olhando o século que finda, percebe o desinteresse da “gente atual desta região” por suas tradições, pelos seus mortos, pelo seu passado. Gilberto desconfia – na verdade, tem certeza – de que essa “independência das tradições” (FREYRE, 1968, p.199) seja capaz de criar valores superiores àqueles criados pelos antepassados.

Treze anos depois, reforçará o ideário regionalista, colorindo-o com o verde da cana e acrescentando-lhe um sabor telúrico circundado por uma pioneira visão de ecologista.

Apresentando a Região

A elaboração de um ponto de vista sociológico regional volta-se para a revalorização do passado, visto como glorioso, abundante, em contraposição à decadência do presente. Esta reconstrução histórica será feita não apenas nos ensaios interpelados no item anterior, como também num livro, *Nordeste*, publicado em 1937, momento que marca a consolidação do projeto varguista de poder, através do golpe que instaura o chamado Estado Novo (1937-1945), intensificando a crise vivida pelas oligarquias de bases agrárias.

Nesse contexto, a região Nordeste é vista como marcada pelo atraso político, econômico e cultural, em contraposição ao Sul e Sudeste, representantes da modernidade, da indústria e da urbanização. Gilberto Freyre – intelectual orgânico do regionalismo – fará a reconstituição histórica de um Nordeste que não seja sinônimo

de seca e atraso, apresentando aos seus leitores “o outro Nordeste”, marcado pela abundância de águas e de terras férteis: o Nordeste da cana-de-açúcar, base inicial da colonização portuguesa do Brasil. O critério central do livro *Nordeste* é o ecológico. Trata-se de um estudo das relações entre a cana-de-açúcar e o ecossistema regional.

Partindo do critério acima mencionado e de uma nítida noção de região, entendida como espaço físico, geográfico e, principalmente, cultural, o autor procura demonstrar o sentido do estudo regional para a compreensão de uma realidade mais ampla, a Nação.

Gilberto Freyre faz distinções intrarregionais, identificando a existência de, no mínimo, dois nordestes: o da cana-de-açúcar, litorâneo, e o nordeste pastoril, dos sertões.

Feitas estas considerações gerais, faz-se agora uma apresentação panorâmica de cada um dos capítulos da obra.

No capítulo I – *A cana e a terra* – o realce fica para os significados e funções atribuídos às terras de massapê, sustentáculo da construção da nacionalidade:

Durante o período decisivo da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar; e no Brasil, a história do açúcar, onde atingiu maior importância econômica e maior interesse humano foi nessas manchas de terra de massapê, de barro, de argila, de humus (FREYRE, 1985, p. 9).

Dessa forma o nosso autor identifica as bases territoriais do patriarcalismo.

Chega-se ao capítulo II – *A cana e a água*. Verifica-se toda uma mística das águas. O autor é, neste sentido, taxativo: “No Nordeste da cana-de-açúcar, a água foi e é quase tudo” (idem p.19). E passa a destacar a importância dos pequenos rios para a expansão dos canaviais: “Rios às vezes feios e barrentos, mas quase sempre bons e serviços, prestando-se até a lavar os pratos das cozinhas das casas-grandes e as panelas dos mucambos” (FREYRE, 1985, p.21).

Observa-se que a água, nesta civilização rural, tinha uma multiplicidade de usos: regava os campos; banhava gentes e cavalos; os rios eram “estradas” por onde fugiam escravos e amantes; banhos de rios

com funções profiláticas, etc. Nesse capítulo sobre a importância da água para a civilização do açúcar vai aparecer uma formulação relevante que resume, metaforicamente, a sociabilidade e o regime de mando característicos do mundo dos engenhos, e que Gilberto apresenta como sendo a “geometria da colonização agrária”, formada pelo triângulo engenho – casa-grande – capela:

Esses triângulos logo se tornaram clássicos: engenho, casa-grande (com senzala) e capela. Eles foram quebrando as linhas virgens da paisagem, tão cheia de curvas às margens dos rios, mesmo quando povoadas de tabas de caboclos. E introduzindo, nessa paisagem desordenada, aqueles traços novos de ordem e de regularidade. A geometria da colonização agrária (FREYRE, 1985, p.20-21).

É feita uma crítica contundente ao caráter destruidor da monocultura:

O empobrecimento do solo, em tantos trechos do Nordeste, por efeito da erosão, não se pode atribuir aos rios, à sua ânsia de correr para o mar levando a gordura das terras, mas principalmente à monocultura. Devastando as matas e utilizando-se do terreno para uma cultura única, a monocultura deixava que as outras riquezas se dissolvessem na água, se perdessem nos rios (FREYRE, 1985, p.22).

Essa crítica prossegue no capítulo III – *A cana e a mata* – onde é denunciada, de modo pungente, a destruição da mata pela queimada, para que a cana pudesse reinar de forma absoluta. “A cana começou a reinar sozinha sobre léguas e léguas de terras avermelhadas pela coivara. Devastadas pelo fogo” (FREYRE, 1985, p.46). Gilberto Freyre exaspera-se ao falar da destruição da mata e da vida animal, da derrubada de árvores nobres para a construção de navios e portas de conventos e igrejas em

Portugal, da insensibilidade e ignorância dos senhores de engenho: “O brasileiro das terras de açúcar quase não sabe os nomes das árvores, das palmeiras, das plantas nativas da região em que vive – fato constatado por tantos estrangeiros. A cana separou-o da mata até esse extremo de ignorância vergonhosa” (FREYRE, 1985, p. 48).

Parte do subdesenvolvimento do presente seria consequência dessa exploração predatória dos séculos fundantes. E arremata: “Não se brinca em vão, ou sem correr algum risco sério, com a vida vegetal de uma região” (FREYRE, 1985, p.50).

A cana e os animais é o título do capítulo IV. Gilberto Freyre propõe uma curiosa transposição interpretativa ao hierarquizar o mundo animal a partir de determinantes sociais e culturais. É assim que o cavalo e o boi aparecem como sendo os dois grandes animais da civilização da cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil, expressando o antagonismo entre senhor e escravo.

Nessas páginas o cavalo é tratado como símbolo do poder senhorial: “Seu trote, o ruído imperial de suas patas, se tem feito ouvir através da nossa história social com a majestade do próprio ritmo da ordem, da autoridade, do domínio” (FREYRE, 1985, p.65).

Ainda:

O senhor de engenho do Nordeste foi quase uma figura de centauro: metade homem, metade cavalo. (...) O cavalo dava ao aristocrata do açúcar, quando em movimento ou em ação, quase a mesma altura que lhe dava o alto da casa-grande nas horas de descanso (FREYRE, 1985, p. 66).

Essa importância do cavalo como insígnia do poder patriarcal é bem nítida na literatura de José Lins do Rego, em vários romances, notadamente naqueles que têm por temática central a sociedade açucareira. No seu romance de estreia – *Menino de engenho*, 1932 – o leitor encontra a personificação literária do patriarca *freyriano*. Trata-se do coronel José Paulino que, montado em seu cavalo, passeia pelos canaviais supervisionando os trabalhos, dando gritos, berrando ordens, exercendo o poder.

No outro lugar social e cultural vão aparecer o negro e o boi, companheiros inseparáveis na dor e no sofrimento da lida estafante do eito: “O aliado fiel do escravo africano no trabalho agrícola, na rotina da lavoura de cana, na própria indústria do açúcar, foi o boi; e esses dois – o negro e o boi – é que formaram o alicerce vivo da civilização do açúcar” (FREYRE, 1985, p.73-74).

Fica, assim, delineada aquela transposição que sugere a reprodução da estratificação entre os homens também em suas relações com os animais.

Nos dois últimos capítulos – o V e o VI, intitulados *A cana e o homem*, o leitor é colocado diante dos principais tipos humanos engendrados pela sociedade açucareira: o aristocrata da casa-grande, o negro escravizado, o cabra, o mulato, o moleque da bagaceira. Gilberto Freyre refuta a ideia que apresenta o negro como sendo “mau agricultor.” As deficiências do seu trabalho – do negro – são atribuídas aos males resultantes de questões culturais – monocultura e escravidão – e não de questões raciais. Sobre o patriarca da casa-grande, o que ressuma das páginas de *Nordeste* é apenas a reiteração da nobreza da figura do senhor de engenho – “O tipo mais puro de aristocrata brasileiro” – que Gilberto Freyre vinha lapidando desde os textos iniciais, escritos no começo da década vinte, como cremos haver demonstrado no tópico anterior.

Nas páginas finais Gilberto Freyre – ainda uma vez explicitando suas vinculações orgânicas com o seu objeto – quer convencer seus leitores de que, apesar de todos os seus defeitos – violência, masoquismo, sensualidade exacerbada, destruição das fontes naturais, etc. – a civilização do açúcar foi capaz de gerar expressões culturais de grande valor e permanência: faculdades, grandes médicos, poetas, romancistas, ensaístas, pintores, estadistas, músicos, etc.

Diga-se ainda – concluindo esta breve apresentação – que *Nordeste* é considerado o livro mais lírico dentre todos escritos por Gilberto Freyre. Talvez pelo fato, já aludido nestas páginas, de que a adesão do autor ao seu objeto é completa. É um texto feito de impressões e de subjetividade, com açúcar e com afeto. É evidente a sua qualidade literária o que, de resto, é uma constante neste autor que escrevia como poucos sabem fazê-lo. O tom nostálgico perpassa cada parágrafo:

saudade dos engenhos, dos rios de águas transparentes, dos negros fiéis aos seus senhores. É como se o autor quisesse, pela força e brilho da narrativa, garantir a sobrevivência das marcas deste passado glorioso que se desfaz no presente, sob o impacto das mudanças ditadas pela história. Em contraposição ao nordeste sertanejo, seco e miserável de, por exemplo, Euclides da Cunha, o autor sugere a volta ao nordeste litorâneo, “oleoso e gordo” das casas-grandes e do açúcar.

Nordeste pode ser visto como um esforço de síntese das ideias regionalistas espalhadas nos textos da década de 20. Tem-se, aqui, o autor, maduro e consagrado, revisitando os temas que abordara quando jovem e que o acompanharão por toda a vida. A novidade é o revestimento geográfico e ecológico que confere à abordagem.

Podemos dizer, com razoável segurança, que, neste livro e a partir dele, ficam cristalizados temas e concepções que conferem um acabamento final àquilo que o seu autor entendia por região. Manuel Correia de Andrade explicita este aspecto, no seu entender fulcral, em recente estudo feito para a apresentação da 7ª edição, em 2004: “Uma das grandes contribuições do livro *Nordeste* à cultura brasileira, foi a de definir o que é uma região e a sua importância no contexto do território nacional”.

Falta-nos abordar o *Manifesto regionalista*. Pelo conteúdo impresso em suas páginas poderia, sem restrições, ser lido como mais um roteiro temático da proposta regionalista freyriana o que, de resto, está implícito na própria noção de manifesto. O problema é que, nos anos 1920, que marcam o proselitismo de Gilberto Freyre em torno da organização do movimento regionalista, o tal *Manifesto* simplesmente inexistiu. Efetivamente, só virá a lume bem depois, em 1952, apesar da versão do seu autor de que o teria apresentado aos participantes do I Congresso Regionalista, em fevereiro de 1926, no Recife.

É o que ficou provado nos anos 1960 quando, Wilson Martins e Joaquim Inojosa, divulgador local do modernismo e rival de Gilberto Freyre nos anos 1920 – só neste momento: o escoamento dos anos e a trajetória intelectual de ambos, principalmente depois de 1933, tornariam evidente o abismo intelectual que havia entre o “mestre de Apipucos” e Joaquim Inojosa – vão colocar em dúvida a publicação, no distante 1926, do *Manifesto*. Voltando à cobertura jornalística

realizada em torno do Congresso, Inojosa não encontrará nenhuma alusão ao tal texto que, caso tivesse sido lido, obviamente não haveria de passar despercebido, pelo simples motivo de que o seu autor foi o principal organizador daquele evento.

Gilberto Freyre queixava-se muito de haver encontrado, na sua volta ao Recife, depois de haver concluído seus estudos nos Estados Unidos, um clima de hostilidade à sua pessoa por parte de alguns militantes intelectuais e jornalistas. Essas queixas estão registradas em seu diário de adolescência, onde também se anunciam os claros sinais de uma vaidade gigantesca e precoce. Daí podemos até imaginar que Gilberto Freyre, tantos anos após e ainda dentro de um contexto provinciano em que enfrentavam-se e queimavam-se vaidades e egos inflados, e, ainda, reivindicando para si a centralidade cultural da “província”, simplesmente falseou a data de publicação do seu texto, antecipando-lhe em quase trinta anos. O fato é que, a partir da quarta edição, publicada em 1967, o até então chamado *Manifesto regionalista de 1926* passará a ser apenas *Manifesto regionalista*.

Essa polêmica em torno da data do *Manifesto regionalista* encontra-se fixada, e esclarecida, no trabalho do professor Neroaldo Pontes de Azevedo aqui já citado. Este autor afirma que muitas das ideias de Gilberto Freyre, insertas no texto que presumivelmente seria de 1926, aparecem em artigos divulgados pela imprensa à época do Congresso Regionalista, ocorrido entre 7 e 11 de fevereiro daquele ano. Mas não há alusões à leitura de Manifesto algum:

Assim, as ideias de Gilberto Freyre, expressas na década de 20, devem ser buscadas nessas colaborações [Refere-se Neroaldo Pontes aos ensaios que Gilberto publicou no *Livro do Nordeste*, de 1925] e não no *Manifesto regionalista de 1926*, que é texto de 1952. Consequentemente, a avaliação do Congresso Regionalista do Nordeste não pode ser feita a partir de um Manifesto que não existiu (AZEVEDO, 1996, p. 154).

Outro pesquisador, Antonio Dimas, no prefácio à 7ª edição do *Manifesto regionalista*, afirma:

Incorreu em erro Gilberto quando falseou a datação deste *Manifesto*, sem dúvida. Não era preciso lançar mão desse expediente, quem, anos antes, já tinha criado uma das obras fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira, reconhecida por intelectuais de vários espectros ideológicos e de várias latitudes, nacionais e internacionais. [...] Por fim, não era preciso, porque, desde que fora publicado *Casa-grande & Senzala*, em 1933, Gilberto construía uma carreira que só fizera consolidar seu prestígio intelectual (FREYRE, 1996, p.38).

Polêmicas à parte, de que trata o *Manifesto freyriano*? Em nossa leitura, não encontramos nele muita novidade em relação aos textos da década de 20 aqui já comentados. Caso estejamos certos, representa um esforço de síntese, um exercício de memória, feito com a perspectiva propiciada pelo escoamento de quase três décadas e o prestígio adquirido com a publicação, nos anos 1930, de algumas obras fundamentais para a compreensão da cultura brasileira. Em sua página inicial, podemos ler uma definição do regionalismo, entendido como sendo “um movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais desta parte do Brasil” (FREYRE, 1996, p.47). Os temas e o modo de tratá-los são os de sempre. Podemos sentir o envolvimento pessoal do autor no passado que evoca; reiteram-se as raízes da região cultural; revisita-se a sua história. Mais uma vez, ganha relevo a visão etnocêntrica, autocentrada, que pensa o “seu” espaço como matriz da nacionalidade:

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade

econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores (FREYRE, 1996, p. 52).

Que valores são esses? Velhas ruas estreitas, Igrejas coloniais, a rede cearense, o algodão do seridó, o mascavo dos velhos engenhos, os cavalos de corrida, a rica doçaria das frutas regionais, etc. Como sempre, a preocupação com a casa. Aqui é o mucambo, elogiado como modelar por sua harmonia com a natureza: “Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos” (FREYRE, 1996, p.54).

Há sugestões claramente conservadoras, exóticas até, que rendem a esse texto uma desafortunada tradição crítica que lhe adjetivará de populista e reacionário. É o que acontece quando o nosso autor, não contendo o ímpeto passadista, sugere a abertura, no Recife, de cafés e restaurantes onde os eventuais clientes pudessem experimentar a “cor local”, que estaria pintada entre palmeiras, gaiolas de papagaios, caritós de guaiamuns e “uma preta de fogareiro, fazendo grude ou tapioca” (FREYRE, 1996, p.68). Aparecem ainda indicações bibliográficas de nítido sabor machista, surpreendentes num autor que, àquela altura, já escrevera este belo ensaio que é *Sobrados e mucambos* (1936), onde aparece um capítulo, sugestivamente intitulado *A mulher e o homem*, em que analisa as funções sociológicas e culturais da mulher nos quadros da antiga família patriarcal brasileira, de maneira que poderia muito bem ser adotada por qualquer intelectual militante do movimento feminista. Mas, no *Manifesto*, o nosso autor sugere às mulheres que leiam atentamente – aliás, única leitura que lhes seria aceitável e recomendável – os velhos livros de receitas de famílias, de receitas de doces e de guisados e livros de missas. Chega a lamentar o abandono, por parte das novas gerações de moças, deste tipo de texto, que, caso lido, contribuiria para reforçar a manutenção da figura feminina ali onde sempre estivera: “O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional” (FREYRE, 1996, p.67).

De resto, a recorrente exaltação da cozinha regional como elemento estruturante da sociabilidade, desta vez de forma mais direta. Gilberto Freyre alerta para o perigo representado pela descaracterização e pelo abandono dos pratos típicos da velha cozinha dos engenhos. Aguça o paladar dos seus leitores ao apresentar-lhes esses manjares, regalo dos senhores de antigamente, em lauto banquete onde quase podemos sentir o cheiro emanado das tigelas de arroz doce, das peixadas, do pirão, de paca assada, do molho de pimenta, dos quitutes finos, dos doces e bolos, das fritadas de siris, servidas à sombra de paus d'arco e de mangueiras, do cuscuz, da água de coco verde, etc. Somos pegos pelo estômago. Depois, o alerta: “Toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste. E uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se” (FREYRE, 1996, p.67).

Alguns trechos são dedicados aos artistas do povo, mestres de música e dança, jangadeiros, negras de tabuleiro, curandeiros que, em sua rusticidade – como no caso dos mucambos, cuja celebração será alvo da fina ironia do poeta João Cabral de Melo Neto, aliás, primo de Gilberto, em poema famoso – estariam contribuindo para a manutenção dos valores tradicionais, reforçando, ainda, a necessária miscigenação de culturas: “Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura” (FREYRE, 1996, p.72).

Encerremos esta apresentação do *Manifesto regionalista*. Evitemos repetições. Mas não antes de fazermos, no entanto, uma concessão, ainda que parcial, aos descaminhos cronológicos que circundam a publicação deste texto, e que envolveram-no na polêmica acima mencionada. É claro que antes da existência do *Manifesto regionalista*, já havia toda uma militância e divulgação deste ideário na imprensa de Pernambuco, seja através dos artigos enviados dos Estados Unidos, publicados na coluna *Da outra América*, seja nos artigos numerados, publicados no *Diário de Pernambuco*, entre 22 de abril de 1923 e 15 de abril de 1925, ou, ainda, na criação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924, etc. Admitamos, portanto, que ao menos alguns dos seus trechos tenham, efetivamente, sido lidos aos participantes do Congresso de 1926.

Somente assim estaremos em condições de acolher positivamente o significado que os seguidores de Gilberto Freyre atribuem ao seu regionalismo e, dentro dele, ao *Manifesto*, como um roteiro a ser

seguido pelos intelectuais da região. Manuel Diègues Júnior vê nesse texto “todo um acervo de iniciativas ou de ideias que representariam marcos expressivos no movimento cultural do Nordeste”. Edson Nery da Fonseca vê na grande tradição romanesca da década de 1930 no Nordeste a realização estética do regionalismo de Gilberto Freyre.¹⁰ E apoia sua leitura em depoimentos de romancistas como Jorge Amado e José Lins do Rego. Há mesmo passagens nesse texto que parecem escritas sob medida para a ação de escritores, com nítidas intenções vocativas: “Que é dos poetas do Nordeste que não cantam o vigor regional?” ou, ainda, “que é dos romancistas que não descobrem tais figuras de Dons Quixotes regionais? Dos biógrafos que não as revelam? Dos ensaístas que não as interpretam?”. A última frase é também a repetição do apelo que perpassa os textos da década de 20 aqui resenhados: “É todo o conjunto da cultura regional que precisa de ser defendido e desenvolvido” (FREYRE, 1996, p.75).

Os textos apresentados neste capítulo sugerem a recorrência de alguns temas que terão um desdobramento nos anos 1930, notadamente nos romances de José Lins do Rego, que significa a materialização, pela via do regionalismo nordestino, de uma interseção entre literatura e sociologia que marcará profundamente as representações acerca desse espaço regional, como também a obra e a percepção dos autores protagonistas da fusão. Portanto, identificar as afinidades eletivas, os temas que aproximam a literatura de José Lins do Rego da sociologia de Gilberto Freyre, nos parece ser o caminho mais interessante para a operacionalização da noção de sistema formulada por Antonio Candido, e, também, para conferir substância ao diálogo.

Começando pela estrutura de dominação presente nos dois conjuntos de textos, nos deparamos com um tema recorrente da sociologia, o patriarcalismo. Na formulação clássica de Max Weber, essa forma de poder se apresenta como a mais ligada à força da tradição, baseada na submissão pessoal ao senhor.

10 A citação e a referência ao comentário de Edson Nery encontram-se na 7ª edição do *Manifesto* que utilizamos para esta apresentação, respectivamente nas páginas 105 e 222.

Dos princípios estruturais pré-burocráticos é o mais importante a estrutura patriarcal de dominação. Em sua essência, não se baseia no dever de servir a determinada “finalidade” objetiva e impessoal e na obediência a normas abstratas, senão precisamente no contrário: em relações de piedade rigorosamente pessoais. Seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica (WEBER, 1999, p. 234).

A onipresença do senhor de engenho como elemento estruturante do domínio patriarcal se nos apresenta claramente delineada, nos romances, pela figura de José Paulino, como sugerimos alhures. A sua voz, a sua postura, as relações que estabelece enquanto proprietário do Engenho Santa Rosa (e de outros engenhos) encarnam um conjunto de funções sociológicas que condensam as estruturas de dominação e de apropriação econômica sob as quais atua.

Como não há senhor sem terra, é interessante que busquemos surpreender os significados materiais e culturais que esta assume nos dois autores. Ademais, a própria noção de região que aí é veiculada relaciona-se com um conjunto de características espaciais e físicas e ambientais que informam um perfil regional marcado pelo massapê, pela mata, pela grande extensão de terras. A terra reveste-se de uma gama de representações que vão da vida à morte, passando, claro, pela importância econômica ostentada numa sociedade do tipo rural como a dos engenhos. Há, neste sentido, um belo capítulo em *Menino de engenho*, em que Zé Paulino, embevecido, contempla o mundo, num final de tarde, do alpendre da casa-grande. E, neste mundo, o que vê? Apenas a terra, de onde lhe chegam o poder e a obediência e a submissão de parentes, trabalhadores, eleitores e agregados. O narrador, também embevecido diante daquele poder patriarcal, intervém para nos dizer que “O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras” (REGO, 1996, p. 51).

Do senhor e da terra, e a eles umbilicalmente associado, chegamos ao triângulo rural, casa-engenho e capela. Este é um conceito-síntese, a partir do qual se pode apreender a centralidade e o local privilegiado de variadas ações desenroladas nos romances. Temos aí o cenário: o lugar de morada, o lugar de trabalho e o lugar da oração. Por cada um dos vértices, passeiam inúmeros personagens, circulam bens materiais e espirituais; circulam pessoas; a família se efetiva; a cana vira açúcar; etc.

Outra afinidade eletiva nos conduz à infância no engenho e à vida dos meninos. Sabemos que, neste caso, a ideia de Gilberto Freyre de escrever uma história sobre os meninos dos engenhos terminou concretizada por José Lins do Rego logo na sua estreia como romancista. É, também, uma sugestão temática que aparece nas cartas. Eis mais um daqueles momentos de cumplicidade intelectual entre ambos. A intenção de escrever sobre a meninice brasileira foi um segredo compartilhado desde 1924, como se pode ler nesta passagem do diário de Gilberto, *Tempo morto e outros tempos*, que percorre quinze anos da vida do escritor, de 1915 a 1930:

Descubro a J. L. do Rego o meu segredo: o livro que, nos meus raros momentos de ânimo, desejo escrever. Um livro sobre a minha própria meninice e sobre o que tem sido nos vários Brasis, através de quase quatro séculos, a meninice dos vários tipos regionais de brasileiros que formam o Brasil. Mostro-lhe as notas que já tenho sobre o assunto. Peço-lhe que guarde segredo (FREYRE, 1975, p. 139-140).

O critério ecológico *freyriano* marca presença nos romances. Cremos ser impossível uma compreensão minimamente consistente da obra de José Lins do Rego sem que sejam interpelados aspectos tais como a relação do homem com a natureza, com as águas, com os animais. A forte presença do Rio Paraíba nestes romances seria o lado mais evidente deste olhar ecológico. É interessante, portanto, que nos preocupemos com o que acontece em suas margens e em seu leito. Inclusive, Gilberto Freyre gostava muito de citar as páginas de

Menino de engenho em que José Lins do Rego descreve uma enchente, como sendo das mais belas e fortes já produzidas em toda a literatura brasileira.

Não poderíamos obliterar, evidentemente, a temática da decadência. Mesmo porque, esta é uma temática à qual estão associados os romances de José Lins do Rego. Há, com efeito, toda uma “fortuna crítica”, exaustiva, repetitiva, em torno deste aspecto da produção do autor paraibano. Sendo, como foi, simultaneamente, construção e ruína, a sociedade patriarcal apresenta, já em sua gênese e durante o seu fausto, os sinais da sua lenta destruição.

O lento declínio deste mundo patriarcal, seu outono, é, com efeito, o assunto fulcral de Gilberto Freyre no já mencionado *Sobrados e mucambos*. A análise aqui ainda centra-se na sociabilidade doméstica, no que acontece na casa. Entretanto, esta não é mais apenas a casa-grande rural e patriarcal. Acontecimentos relevantes como as invasões holandesas, a descoberta das minas, o endividamento dos senhores com os intermediários urbanos na compra e venda de escravos e açúcar e, sobretudo, a vinda da família real para o Brasil no início do século XIX, vieram colocar em cena o sobrado e o mucambo como expressões de uma nova realidade que se descortina: a urbanização e a reeuropeização da colônia. Lentamente, a casa-grande vai sendo preterida em suas funções sociológicas, cedendo espaço para novas instituições urbanas como o sobrado, o hotel, a rua, o banco, a praça e a escola, o teatro, a modinha, os romances de José de Alencar.

O estilhamento do mundo senhorial tem largos reflexos na família. De patriarcal ela vai, lentamente, transformando-se em burguesa, monogâmica, “romântica”; são reduzidos os poderes, até então despóticos, do *pater famílias*. Entram em cena novas figuras de homens, rivais dos senhores naquele domínio: o médico de família, o confessor, o mestre-régio, o diretor de colégio, o correspondente comercial. Entretanto, não imaginemos que o antigo senhor rural vai sair de cena em nome de tantas e tamanhas novidades. Gilberto Freyre alerta:

Mas não vá ninguém abandonar-se à idéia de que os grandes proprietários de terra, tão poderosos a princípio, acabaram todos uns reis Lear, sempre traídos por filhos doutores e por filhas casadas

com bacharéis que abandonassem as velhas casas-grandes de engenho e de fazenda como a navios que não tardassem a naufragar; traídos por el-Rei que dantes lhes fizera todas as vontades e todas as festas; traídos pela Igreja que outrora os adulara. O drama da desintegração do poder, por algum tempo quase absoluto, do pater famílias rural, no Brasil, não foi tão simples; nem a ascensão da burguesia tão rápida (FREYRE, 1996b, p. 19).

Há ainda a presença do sexo, da cozinha, do negro e da mulher, que completam e recortam um conjunto de temas que vão aproximar os dois autores. Em torno destas afinidades eletivas é que podemos ouvir o diálogo entre ambos.

Antes, porém, iremos comentar, em visão panorâmica, alguns estudos onde aparece uma vigorosa desconstrução crítica do ideário regionalista *freyriano* exibido nos textos apresentados. Diante do volume dessa fortuna crítica, podemos apenas passar em revista, muito sumariamente, reconhecemos, alguns destes estudos que se nos apresentam, pela densidade e pela profundidade, representativos dos diversos momentos e das igualmente diversas percepções que o conjunto de textos aqui interpelados vem obtendo pela crítica especializada, ao longo do tempo, seja em ensaios, em teses acadêmicas, etc.

A Fortuna Crítica

Antonio Candido, em ensaio escrito em 1950, faz um balanço da interseção entre o ensaio sociológico e literatura no período de 1900 a 1945, e repõe a noção de “sistema vivo de obras”. Nesta reposição, o que é relevada é a forma literária assumida pelo melhor ensaio produzido no Brasil. Forma literária e ensaio, assim misturados, seriam a marca caracterizadora e mais relevante do período, notadamente na década de 1930.

Com efeito, nesse momento podemos detectar as condições mais favoráveis ao aparecimento de todos os elementos constitutivos da definição de literatura enquanto sistema, conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho. Verifica-se, principalmente nas grandes cidades, com o despontar de camadas médias intelectualizadas, a presença de um público mais amplo, interessado em conhecer os problemas vividos pelo país que se urbaniza e industrializa e que quer deixar de ser apenas uma grande fazenda. Há, também, a criação de universidades – USP, por exemplo – que trazem a possibilidade real de uma pesquisa qualificada acerca do homem brasileiro e os seus dramas: eis o despontar das ciências humanas entre nós; temos estradas, o rádio e, fundamental, as condições favoráveis à criação de um mercado editorial suficientemente encorpado e capacitado para atender à demanda crescente por informações.

O salto qualitativo da cultura nacional no período se traduz no aparecimento de um conjunto de autores e obras que nos permite afirmar – autorizados pela perspectiva histórica e pelos ricos desdobramentos, sobejamente conhecidos – que, raras vezes, assistiu-se no Brasil uma explosão de inteligência quanto esta: culturalismo, missões internacionais de estudos, interpretação marxista da história do Brasil, Weber, romances voltados para a pesquisa humana e social, Sérgio Buarque, Jorge Amado, Graciliano Ramos, etc. Os exemplos são a face mais reluzente a estampar a radicalização de um processo civilizatório que vinha, desde o século XIX, anunciando o lento, porém persistente, rompimento com a “herança rural” portuguesa. Antonio Candido define o período como marcado por “intensa fermentação espiritualista” (CANDIDO, 2000, p.115). Os avanços do ponto de vista “científico”, no entanto, não são suficientes para deslocar a centralidade da literatura na nossa vida espiritual, pois, segundo Candido:

Apesar de a cultura intelectual se haver desenvolvido em ritmo acelerado desde o início do século; apesar da intensa divisão do trabalho intelectual, com o estabelecimento da vida científica, em escala apreciável; apesar do surto das ciências humanas a partir sobretudo de 1930; apesar de

tudo isto, a literatura permaneceu em posição-chave. [...] Em todo o caso, os decênios de 20 e de 30 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais (CANDIDO, 2000, p.122-123).

Será este, também, o momento da verdadeira estreia, como autores de livros, de José Lins do Rego (1932) e de Gilberto Freyre (1933). É como se os encontros, as cartas, os artigos jornalísticos, os estudos e as viagens da década anterior, representassem um necessário preparo intelectual ou exercícios preliminares para a construção romanesca e ensaística que farão a partir dos anos 1930 e que ensejará um exemplo particularmente luminoso do encontro entre sociologia e literatura no Brasil. É quando podemos sentir a organicidade de um conjunto de obras que se espelham, refletindo-se mutuamente, agindo uma sobre a outra.

Este conjunto de obras gerou uma rica fortuna crítica. Muitas vezes repetitiva, apresenta percepções diversas que, como sempre acontece, passeiam ao sabor das conjunturas políticas e do livre flutuar das inteligências. Só assim poderemos entender o porquê de, no mesmo crítico, ser possível encontrar – em momentos distintos – avaliações tão dispares, quando não contraditórias, acerca de cada um dos nossos autores. Como exemplo, podemos voltar a Carlos Guilherme Mota. Em seu livro de 1977, mencionado no primeiro capítulo, diz, da sociologia cultural de Gilberto Freyre, entre outras coisas, que ela é, além de ultrapassada, “perniciosa” (p.129). Em reavaliações mais recentes, este mesmo crítico coloca a outrora “perniciosa” sociologia cultural de Gilberto Freyre como a mais importante e interessante do século XX brasileiro, tendo, no entanto, o cuidado de fazê-la acompanhar-se, nesta condição privilegiada, da sociologia de Florestan Fernandes.

Apologética ou restritiva é, no entanto, um instrumento fundamental para a compreensão do universo e concepções abordados por ambos. A nossa abordagem dessa fortuna crítica terá que ser, necessariamente, sumária.

A maioria da crítica reconhece no regionalismo de Gilberto Freyre uma poderosa matriz temática com amplas repercussões políticas e culturais. Em seu trabalho, de 1984, Neroaldo Pontes de Azevedo, baseado em pesquisa documental de largo fôlego, resgata o ambiente intelectual em que é formulada essa proposta. Em texto bem escrito e ágil, que proporciona uma leitura prazerosa, este pesquisador aborda a recessão na vida econômica de Pernambuco, na década de 20, como pano de fundo dos conflitos intelectuais entre modernistas e regionalistas no estado. Percebe aí, nesse quadro de crise econômica e disputas entre grupos oligárquicos, a presença, marcante no campo das ideias, de “um espírito predisposto para a valorização das realidades locais” (AZEVEDO, 1996, p.38), que, aliás, não era novo, pois é possível detectar-lhe a presença persistente ao longo da cultura literária desenvolvida no Brasil:

A chamada para o regional está presente como elemento constante no processo mesmo de evolução da literatura brasileira. A postura regionalista, sob esse prisma, deve ser vista como uma ideologia que acompanha a literatura brasileira, tendo os seus riscos, limites e valores (AZEVEDO, 1996, p.99).

Em relação ao regionalismo de Gilberto Freyre, Neroaldo Pontes destaca a visão conservadora, latente na predominância do rural sobre o urbano, no tom nostálgico e na perspectiva estática em relação às mudanças mais profundas. É bom registrar, nesse ponto, que os termos com os quais encerra sua crítica são recorrentes na maioria dos trabalhos que abordam o assunto e que, juntamente com as noções de decadência e memória, parecem informar um campo semântico recorrente – “canônico” – e definidor desse ideário.

Em outro trabalho importante, de 1987, Neroaldo Pontes compõe, com a mesma maestria verificada na pesquisa anterior, um quadro geral da trajetória de José Lins do Rego na cultura literária brasileira. A sua abordagem se processa em três planos que mostram, inicialmente, os aspectos biográficos, a vida de José Lins do Rego, bem como “as

fontes de pensamento que virão a alimentar a sua ficção” (AZEVEDO, 1991, p.209); num segundo momento, aborda a sua produção ficcional, a partir do relacionamento desta produção com aquelas fontes e em que medida delas se aproximou ou se afastou; por último, analisa, no conjunto da obra, a pertinência e os limites e precariedades das classificações em torno do que seria ou não seria “regionalismo” no conjunto da obra do romancista paraibano.

Ao longo do texto, podemos acompanhar José Lins do Rego morando em várias cidades e estados: Pilar, Itabaiana, Paraíba (atual João Pessoa), Manhauçu (Minas Gerais), Maceió, onde escreve seus primeiros romances, e, por último, Rio de Janeiro. Neroaldo reconhece a importância da matriz regional na ficção de José Lins do Rego. Mas condena a recepção – a seu ver equivocada, exagerada – que lê o romancista de Pilar como um mero “produto de Gilberto Freyre”, como sugere um certo artigo publicado na imprensa pernambucana, em 1978, cujo título e autor deixa de indicar. Analisando o conjunto dos romances, Neroaldo percebe um crescente distanciamento em relação àquela matriz, expresso na substituição da memória e do subjetivismo por uma observação mais acurada, por uma visão mais tensa e dramática das relações do mundo onde circulam os personagens. Esse “movimento crescente” que, no limite, significa o abandono da visão idílica freyriana, estaria cristalizado no romance *Fogo morto*, de 1943:

É preciso assinalar o movimento crescente na obra de José Lins do Rego. É a vitória do escritor sobre o homem. Da observação sobre a memória. Do nós sobre o eu. Dos personagens sobre o autor. À medida que os personagens do mundo que ele recria vão adquirindo vez, eles passam a dominar o mundo narrado, fazendo avançar a narrativa, levando o escritor do memorialismo, filtrado pelo eu, ao grande painel de uma ordem social marcada por contradições, tendendo inexoravelmente a desaparecer (AZEVEDO, 1991, p. 223).

Outro trabalho crítico importante é o de Moema Selma D'Andrea, de 1987, intitulado *A tradição re (des) coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*, publicado em 1992. Mesmo reconhecendo o aspecto moderno da linguagem *freyriana*, a sua oralidade e plasticidade, a autora reafirma, desde o início de sua interpretação, as “matizes ideológicas evidentemente conservadoras” (p.11) desse ideário. Em essência, a sua leitura parece retomar a crítica feita por Carlos Guilherme Mota nos anos setenta. Destaca os aspectos ideológicos desmobilizantes e mitificantes veiculados pela sociologia cultural de Gilberto e que lhes parecem encerrar um discurso missionário de defesa da região caracterizado, além do conservadorismo, pelo ressentimento em relação à primazia cultural do modernismo sulista e pelo viés etnocêntrico, expresso no tom de pernambucanidade que surpreende nesse discurso. Sua marca distintiva seria o estar preso a uma ambiguidade crucial entre a experiência da modernidade e o apego ao passado e às tradições, inclusive pelo reforço de mitos edênicos, como o da “boa terra”, o do Eldorado, que remontam à carta de Pero Vaz de Caminha. Seria, enfim, uma “metáfora do açúcar”, de cunho paternalista, visando apaziguar conflitos e encobrir a existência da diversidade regional.

Em 1998, temos *Era uma vez o nordeste (ficção e representação regional)*, de José Edílson de Amorim que põe em relevo a constante reelaboração da literatura de temática regionalista. Trata-se de uma leitura de dois romances – *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo Ribeiro, e *Essa terra*, de Antonio Torres – lançados na década de setenta que, segundo Edílson, representariam uma renovação do regionalismo.

Neste ensaio – que, pela plasticidade e beleza da escrita, bem poderia ter sido produzido por um discípulo de Gilberto Freyre – aquele universo semântico crítico é acrescido de alguns adjetivos em nada lisonjeiros para com o ideário do intelectual pernambucano. Fica evidente o desconforto do autor em relação a essa matriz, ao ser ver, idealizada, populista, oligárquica, astuciosa e pretensiosa, em face de uma realidade de carências materiais profundas. Portanto, é uma matriz a ser abordada, quando muito, como fato histórico e cultural, uma espécie de mal necessário, pecado original a ser evitado, que não se deve repetir, que deve ser abandonado, sob pena de perpetuação da

visão mítica que apenas encobre uma situação secular caracterizada pela desigualdade e autoritarismo extremos.

O exemplo que nos querem dar de um Nordeste grande não nos serve; foi o modelo patriarcal, fechado e autoritário do passado que nos legou este presente, por isto não vale mais reinventar, lírica e saudosamente como quis Gilberto Freyre, a sua experiência de fato violenta e desastrosa (AMORIM, 1998, p.210-211).

A própria “justificativa” do regionalismo como resposta cultural a uma situação de decadência econômica, lhe parece falha, pelo fato de não acreditar em situações duais de atraso em uma região e desenvolvimento em outra: ambas fariam parte do mesmo modelo perverso e marginalizante. No nosso entender, é muito lúcida essa percepção, parecendo-nos, inclusive, sinalizar certa negação das percepções dos movimentos culturais – modernismo e regionalismo – como sendo expressões culturais de espaços separados pelo desnível econômico, posto que se trata, nessa visão, de um único lugar, assinalado pela precariedade das interações.

Em relação a José Lins do Rego, Edílson percebe, tal qual Neroaldo Pontes, o mesmo e crescente movimento de afastamento em relação à visão “idealizada” dos primeiros romances, o que lhe parece representar um claro sinal de maturidade e adensamento: “E o que era a busca de um tempo perdido, a recuperação de um passado mítico, sua reinvenção edênica, agora somente se revela como impossibilidade. De *Menino de engenho* a *Fogo morto* a distância é enorme” (AMORIM, 1998, p.249).

Definitivamente, temos aí três reflexões sérias, profundas. Neroaldo Pontes, Moema Selma, Edílson Amorim têm razão na crítica que fazem e quanto aos aspectos que enfatizam no regionalismo de Gilberto Freyre, muitos deles, inclusive, já incorporados às páginas deste estudo. Apenas relutamos em aceitá-los de maneira absoluta.

Com efeito, há em Gilberto Freyre uma abordagem que, se, de um lado, privilegia e destaca o passado, até mitificando-o, de outro

parece não abominar por completo o novo. Inscreve-se mesmo num processo de mudanças em que o autor, intelectual engajado, se deixa estar como parte interessada, marcado por sua posição aristocrática, mesmo quando circundada por um discurso populista. Todo o seu regionalismo, na forma e no conteúdo, aborda um processo civilizatório marcado pelo movimento dos padrões culturais e dos costumes que circulam entre a casa-grande e a senzala e, em sua versão urbana, entre o sobrado e o mucambo.

A crítica poderia ser enriquecida, menos intolerante, caso incorporasse as obras dos anos 1930. Ainda que possamos aí encontrar os mesmos temas e percepções dos textos dos anos vinte, como já mencionado, nada impede que possamos, também, perceber mudanças na forma como são tratados. É assim que, por exemplo, o escravo doméstico cede espaço para o escravo do eito em *Nordeste*, o que leva a uma visão mais densa, menos lírica, em torno da escravidão, da monocultura e do patriarcalismo das casas-grandes. Neste texto, Gilberto Freyre chega a referir-se a esse modelo de sociedade através de adjetivos nada idílicos ou açucarados: seria uma civilização artificial (p.134), degradada (p.162), patológica (p.177), etc. Sirva também de exemplo desse deslizamento a crítica severa que faz aos efeitos destrutivos desse modelo de sociedade em relação ao meio ambiente. *Casa-grande & senzala* está repleto de passagens que descrevem, não o paraíso racial identificado pelos críticos, mas um inferno de sadismo, com dentes quebrados e senhores mandando matar os próprios filhos, sífilis, etc. Em *Sobrados e mucambos*, a visão machista, expressa nas sugestões bibliográficas que faz nos textos de propaganda regionalista, dá lugar a sugestões temáticas que conferem novos significados à presença feminina quando transposta para o sobrado urbano, ainda que tolhida pelos limites de uma sociedade ainda patriarcal: permanece na cozinha, junto às mucamas e negras cozinheiras. Mas lê romances e vai ao teatro.

Aliás, esse caráter ambíguo, plástico, é essencial para se entender Gilberto Freyre. Sua concepção de sociedade seria marcada pela transformação e pela continuidade. Sua escrita instável, suas imprecisões conceituais e o seu caráter inconclusivo, parecem querer conferir ao seu texto o mesmo perfil excessivo, caótico e instável que caracteriza

a sociabilidade da casa-grande. É o que percebe Ricardo Benzaquen de Araújo, no bonito estudo que faz sobre a produção *freyriana* da década de 1930:

O tom de conversa, de bate-papo que ela propicia, parece facilitar sobremaneira que ele arme um raciocínio francamente paradoxal, fazendo com que a cada avaliação positiva possa se suceder uma crítica e vice-versa, em um ziguezague que acaba por dar um caráter antinômico à sua argumentação (ARAÚJO, 1994, p. 208).

Tudo que fizemos até aqui foi preparar as condições para a interseção, buscando esclarecer o contexto, apresentar os temas e textos e matrizes, as afinidades eletivas: aplainar, enfim, o terreno onde fincar o diálogo que, efetivamente, agora poderá iniciar-se de forma consistente, situado que foi, preparado que está.

Indaguemos, pois, as cartas; perscrutemos os romances; façamos falar, agora de forma mais intensa, José Lins do Rego, o grande interlocutor até aqui meio oculto, meio sumido diante da necessidade que sentimos de apresentar a formulação original de Gilberto Freyre.